

**Mulheres, empregadas domésticas e EJA:  
questões sobre a naturalização do papel social da mulher**

Ludimila Corrêa Bastos  
Orientadora: Carmem Lúcia Eiterer

Palavras-chave: EJA, gênero, empregadas domésticas

## **INTRODUÇÃO**

O foco desta pesquisa é analisar as interpretações do feminino e do papel social da mulher, para um grupo de mulheres que exercem a profissão de empregadas domésticas, alunas e ex-alunas do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos.

Constatamos que a infrequência às aulas, na EJA, por parte das mulheres é bem superior a dos homens. Investigando, constatamos ainda que a causa deste fenômeno era o fato de trabalharem como empregadas domésticas e muitas, morarem na casa de suas patroas. Quaisquer eventualidades na rotina das casas aonde trabalham, como um jantar, uma visita inesperada, faz com que elas sejam requisitadas além do horário normal de trabalho e impedidas de ir até a escola.

Com a leitura do estudo de Sabóia (2000), é possível chegar à conclusão de que entende-se por empregadas domésticas, como é o caso das alunas citadas acima, aquelas que exercem funções como arrumar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, lavar roupa ou louça, passar roupa, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas; orientar ou dirigir empregados domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou outro morador do local de trabalho, residindo ou não no local de trabalho.

Posto isso, não podemos deixar de mencionar Hirata (2010), quando a mesma afirma que o cuidado, ou *care*, do latim, é o tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa, evidenciando que tudo que fazemos em prol do outro é uma forma de cuidado. Deste modo, Helena Hirata evidencia que o serviço desempenhado por empregadas domésticas é uma forma de cuidado, pois cuida da alimentação, da limpeza da casa e da saúde do outro, preservando o bem estar. Isto faz com que seja necessário estudar o que é o trabalho doméstico remunerado e o que é a relação de cuidado, quando ele se profissionaliza, o que evidenciaremos em parte deste projeto.

Nesse caminho, Louro (2004), mostrou que o conceito de gênero, entendido como uma construção social e articulado à classe, etnia, religião, idade determinou algumas posições que as mulheres ocuparam e ocupam na sociedade. A autora mostrou que discursos carregados de sentido sobre relações de gênero explicaram como mulheres e homens constituíram suas subjetividades e é também no interior e em referência a tais discursos que elas constroem suas práticas sociais, assumindo, transformando ou rejeitando as representações que lhes são propostas.

Dessa forma, com base em Louro (2004), as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história e nas condições de acesso aos recursos da sociedade (no caso desta pesquisa, o acesso à escola).

### **Naturalização do papel social da mulher a partir do gênero**

Quirino (2012) aponta que o trabalho doméstico, seja remunerado ou não, assim como a maternidade, tem sido culturalmente percebido como atividade das mulheres, associado a atributos de cuidado, abnegação e reprodução, que compõem estereótipos de um determinado modelo de feminilidade vigente no país. Sendo, portanto, uma atividade de responsabilidade “natural” das mulheres, restrita à esfera do doméstico, esse trabalho não tem o seu valor econômico nem social reconhecido, o que o torna desprestigiado e desvalorizado.

Posto isso, para se falar na relação entre gênero, Educação de Jovens e Adultos e a naturalização de uma certa compreensão do papel social da mulher, Silva (2009) aponta que a noção de gênero resulta da ligação entre conhecimento, ideologia e poder. A autora afirma que a escola não pode furtar-se a esse debate, especialmente na EJA, onde tal questão pode ser definidora da permanência ou não da mulher nos estudos. O fato da noção de gênero ser culturalmente construída demonstra que este conceito está em constante mudança de sentido, podendo ser reformulado, permanentemente, momentos em que a escola pode agir.

Analisando a visão de mundo de algumas egressas da EJA, afirmamos em trabalho anterior (BASTOS e EITERER, 2012) que estas mulheres revelaram em seus discursos, elementos que evidenciaram uma naturalização do papel social da mulher dentro da sociedade. Daí, demonstravam certa aceitação dos desafios já enfrentados em suas vidas escolares, as privações, as tarefas e as responsabilidades que lhes foram atribuídas ao longo de suas vidas. Pareciam não tomar consciência da condição sócio e historicamente imposta à mulher.

Ao tratarem as suas histórias de vida em um plano individual, essas egressas, não as contextualizam dentro da situação da mulher ao longo dos tempos, ou seja, pensando a partir de uma perspectiva de relações de gênero, suas trajetórias estão carregadas de heranças sociais e históricas que determinam seus lugares na sociedade. Mas, essas mulheres, ao naturalizar tais desafios, sob suas perspectivas pessoais, não percebem que são desafios comuns postos a elas, enquanto mulheres, em alguns casos pobres, negras ou pardas.

Deste ponto, podemos refletir sobre as outras diversas atribuições sociais recebidas pelas mulheres, oriundas de sua condição sócio histórica. Daí, percebemos que não é possível tratar as histórias de vida das colaboradoras da pesquisa em um plano individual, mas sim tentar entendê-las como uma identidade coletiva, as contextualizando dentro da situação estabelecida ao longo dos tempos, para que possamos conhecer suas trajetórias de vida dentro e fora da escola, os desafios já enfrentados, as privações, as tarefas e as responsabilidades que lhes foram atribuídas ao longo de suas vidas.

### **Mulheres, alunas da Educação de Jovens e Adultos**

No contexto mais geral da área da Educação de Jovens e Adultos, de acordo com Nogueira (2002), deparamo-nos com a ausência de uma política nacional articuladora das mais variadas experiências, projetos, iniciativas e ações. Nogueira (2002) afirma que o combate ao analfabetismo de mulheres adultas, por se tratar de um contingente com necessidades muito específicas e limites próprios, exige políticas muito bem planejadas para conseguir a atração e a manutenção desse público-alvo.

Nesse caminho, de acordo com Barreto, Álvares e Costa (2006), a visão de mundo de uma mulher que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo de afastamento da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricas em experiências vividas, as alunas da Educação de Jovens e Adultos configuram tipos humanos diversos. São mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos. A cada realidade corresponde um tipo de aluna e não poderia ser de outra forma. Afinal, são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados por meio da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridas.

Como Valino (2005) já expôs, muitas pessoas que se matriculam em cursos de Educação de Jovens e Adultos, não estudaram ou porque não havia escola próximo

às suas casas; ou, quando havia escola disponível, precisam trabalhar ao invés de para ajudar na manutenção da família.

Como apontamos anteriormente em outro estudo, (Bastos e Eiterer, 2012), a escola simboliza para as mulheres, alunas da EJA, oportunidade de mudança de vida. Elas a veem como a porta para inserção e reinserção no mercado de trabalho; como chance de crescimento profissional, possibilitando-lhes obtenção de renda própria e independência financeira; crescimento pessoal e aumento da autoestima, além de sentimento de igualdade perante maridos, filhos e amigos.

Partindo desse ponto, retomamos o que Alves (2006) sinalizou, mostrando que o aumento da escolaridade é um pré-requisito fundamental para o emponderamento das mulheres em todas as esferas sociais. Além da educação, o trabalho, segundo ela, é a via fundamental para a superação da condição em que vivem essas trabalhadoras. Não qualquer trabalho, mas sim trabalho entendido como ocupação produtiva, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade e segurança, garantindo dignidade às mulheres.

### **Mulheres, trabalhadoras no Brasil**

À partir dessa constatação, recorreremos a Quirino (2012), que refletindo sobre o trabalho feminino no Brasil, afirma que a partir da década de 70 até os dias de hoje, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma espantosa progressão. Dados do IBGE apontam um acréscimo de mais de 10 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2010.

A autora aponta que entre as causas para o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, apontam-se: o aumento da escolaridade feminina, a queda da fecundidade, novas oportunidades oferecidas pelo mercado devido ao desenvolvimento tecnológico e aos novos modelos de organização e gestão da força de trabalho e, finalmente, as mudanças nos padrões culturais, que alteraram os valores relativos aos papéis de homens e mulheres na sociedade.

Não obstante o crescimento da taxa de participação da mulher no trabalho assalariado, Quirino (2012) destaca a responsabilidade pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais parentes, dando continuidade aos modelos familiares tradicionais, provocando sobrecarga para as novas trabalhadoras, que têm o seu “trabalho duplicado”.

Com esta afirmação, as autoras tocaram em um ponto de suma importância no desenvolvimento desta pesquisa, pois menciona que ainda hoje as mulheres ocupam cargos e profissões menos valorizadas. Podemos afirmar que as mulheres ocupam

profissões que ainda são consideradas femininas, como por exemplo, as empregadas domésticas, um de nossos recortes.

### **Mulheres, empregadas domésticas**

Segundo Resende (2008), 20% das mulheres que trabalham no Brasil são empregadas domésticas. Muitas destas mulheres iniciaram-se nesta profissão ainda muito jovens e grande parte, nasceu no campo e migrou para os centros urbanos. Aponta que quem exerce essa profissão pertence aos grupos sociais mais desfavorecidos e mostra que a baixa escolaridade também é fator de destaque, o que demonstra que o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade no mercado de trabalho.

Trata-se de uma atividade massivamente feminina, porque cerca de 92,4% dos trabalhadores domésticos são mulheres. Essa categoria registra, também, índices muito altos de informalidade. Apenas 26% das trabalhadoras têm carteira assinada, contra 58% dos demais trabalhadores, e 27,5% da categoria não chega a receber um salário mínimo por mês. (BRITES, 2008, P. 76)

No que diz respeito à relação entre mulher, aluna da EJA e empregada doméstica, Valle (2010) ressalta que, mesmo sendo a família a primeira instituição social com que as pessoas estabelecem qualquer relação com a leitura, é de fato no ambiente de trabalho que a maioria dos discentes da Educação de Jovens e Adultos, de modo geral, percebe a necessidade de desenvolver as diversas habilidades dessa prática, o que faz com que seus patrões e ofícios sejam muitas vezes seus mediadores da leitura. Para a autora, destaca-se a importância que as famílias empregadoras acabam por exercer como mediadoras de leitura, influenciando no acesso ao material de leitura e intervindo em sua formação como sujeitos leitores. Alguns patrões atuam como fonte de incentivo no retorno à escola, assim como no cultivo de hábitos de leitura, fornecendo às mulheres o material a ser lido.

Ainda de acordo com as contribuições de Valle (2010), as mulheres, alunas da EJA, tinham ou já tiveram a experiência de trabalhar como empregada doméstica e, na maioria dos casos, foram inseridas nesse ofício desde muito novas, recebendo em troca do serviço prestado moradia e alimentação. Ou seja, o trabalho como doméstica parece fazer parte da vida da maioria das mulheres inseridas na EJA nos anos iniciais do ensino fundamental.

Nessa mesma linha, Valino (2005) apontou que muitas mulheres saem de suas cidades de origem, muitas vezes no interior do país e vão para São Paulo em busca de trabalho, onde as condições de vida apresentam-se completamente diferentes das

idades de origem destas mulheres. Há a necessidade de utilização dos serviços da cidade – bancos, caixas eletrônicos, supermercados, transporte coletivo, para citar apenas alguns. Assim, a necessidade de ler e escrever acaba por se destacar dentre as necessidades pessoais, profissionais ou sociais destas pessoas. Enfim, em uma cidade grafocêntrica, é necessário ler, porque a informação está quase toda focada no código escrito e os analfabetos nem sempre encontram pessoas dispostas e lhes explicar as informações de que necessitam.

Assim, a necessidade faz com que muitas mulheres, jovens e adultas procurem um curso de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. Deste modo, verifica-se, aqui, um paradoxo: um dos principais motivos que as impediu de frequentar a escola na infância foi a necessidade de trabalhar. Agora, como pessoas adultas, um dos principais motivos que o faz procurar um curso de alfabetização é, novamente, a necessidade de trabalhar.

### **Mulheres empregadas domésticas e os seus direitos**

Valino (2005) aponta que babás ou cuidadoras de idosos, que moram no local de emprego, são mulheres que enfrentam uma situação extremamente delicada e injusta quanto à sua jornada de trabalho, que se estende por muitas horas a mais. Os empregados domésticos eram excluídos, até aquele momento, da proteção legal da jornada diária de trabalho conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Por conta disso, muitas vezes, como mostra Santana (2003), estudo e trabalho tornam-se inconciliáveis por ser necessário, à empregada doméstica, estar sempre à disposição da família e esta acaba por abandonar seus estudos e optando pelo trabalho, que é aquele que lhe garante uma renda para o sustento próprio e da família.

Sabemos que para a reivindicação de seus direitos, a organização é fundamental. Entretanto, trata-se de uma categoria dispersa, pois cada trabalhadora está em uma residência, em um apartamento ou em uma casa, e há muita dificuldade de ter acesso ao espaço privado de outras pessoas, dificultando a organização do grupo, como apontou Oliveira (2008).

Através do PEC das domésticas (Proposta de Emenda Constitucional das Domésticas), aprovada em 26 de Março de 2013 no Senado e promulgada em 02 de Abril do mesmo ano, ela garante aos empregados domésticos 16 direitos que até então eram assegurados aos demais trabalhadores rurais e urbanos, entre eles 13º salário com base na remuneração integral, jornada máxima de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de horas extras e adicional noturno, férias remuneradas, aviso

prévio e seguro contra acidente de trabalho, além de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros.

Não podemos deixar de afirmar que são medidas que, colocadas em prática, garantirão uma maior qualidade de vida para estas trabalhadoras, como Alves (2006) já havia sinalizado, apontando que o trabalho executado pelas mulheres não pode se configurar em qualquer trabalho, mas sim em trabalho entendido como ocupação produtiva, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade e segurança, garantindo dignidade às mulheres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como o foco desta pesquisa é, entre outras coisas, analisar a interpretação do feminino e do papel social da mulher, nos discursos de mãe, filha, esposa, dona de casa, empregada doméstica de alunas e ex-alunas da Educação de Jovens e Adultos, tornou-se de fundamental importância a discussão realizada dialogando com o conceito de gênero adotado, com as experiências relacionadas às mulheres alunas de cursos de EJA, apontando as especificidades da realidade deste público, não se esquecendo das características do trabalho doméstico no Brasil.

Posto isso, e como aponta Silva (2009), para compreender as especificidades da identidade feminina, sua posição na sociedade, a valorização ou desvalorização de seu trabalho, as divisões sexuais de trabalho e poder, necessita-se atenção especial por parte da escola ou do (a) docente.

Assim, a construção da noção de gênero e sua relação com a permanência de mulheres na escola é uma questão que não se esgotará nessa pesquisa e nem em tantas outras, sendo essa pesquisa, assim como a de Silva (2009), apenas uma contribuição que evidencia a necessidade de reflexão acerca do assunto.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Francisca Elenir. *Mulheres trabalhadoras, sim. Alunas, por que não?* Estudos sobre gênero, trabalho e educação na Bahia. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC, 2006. 141 p. (Dissertação de Mestrado)

BARRETO, Vera (coord.); ÁLVARES, Sônia Carbonell; COSTA, Elisabete. *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunos e alunas da EJA*. Brasília: SECAD, 2006.

BASTOS, Ludimila Corrêa ; EITERER, Carmem Lúcia. Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA. In: EITERER, Carmem Lúcia; CAMPOS, Rogério Cunha. (Org.). *Sujeitos sociais, processos educativos e enfrentamentos da exclusão*. 1ed. Belo Horizonte: Mazza edições, 2012, v. 01, p. 92-107.

BRITES, Jurema. Trabalho doméstico: políticas da vida privada. In.: ÁVILA, Maria Betania; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES, VERA; FERREIRA, Verônica (org.). *Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 73-100.

HIRATA, Helena. Teorias e Práticas do Care: Estado Sucinto da Arte, Dados de Pesquisa e Pontos em Debate. In: FARIA Nalu; MORENO, Renata (Org.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010. p.42- 56.

LOURO. Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7ª edição. Petropolis: Vozes, 2004. v. 01. 179 p.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *Mulheres Adultas das camadas populares: a especificidade da condição feminina na busca de escolarização*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Creusa Maria. A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. In.: ÁVILA, Maria Betania; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES, VERA; FERREIRA, Verônica (org.). *Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 109-116.

QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. In.: *Revista Tecnologia e Sociedade*. Curitiba: 2ª Edição, 2012. 13 p. ISSN (versão online): 1984-3526.

RESENDE, Patrícia Cappuccio de. Modos de participação de empregadas domésticas nas culturas do escrito. UFMG. Belo Horizonte: 2008. Dissertação de Mestrado. 241p.

SABOIA, Ana Lucia. *As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica*. Estudo realizado para o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), Rio de Janeiro: Organização Internacional do Trabalho, 2000. 25p.

SANTANA, Munich Vieira. *As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local do emprego*. Dissertação de mestrado em psicologia: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN, 2003. 169p.

SILVA, Roséli Bueno da. *Roda de Conversa: Trabalhando temas emergentes na EJA*. Monografia de conclusão de curso, Faculdade de Educação da UFRGS, 2009. 59p.

VALINO, Maria de Lurdes. A escola “desejada” por jovens e adultos em processo de alfabetização. In.: *15 º COLE* (Congresso Leitura do Brasil). Campinas: ALB, UNICAMP, 2005. 05 p.

VALLE, Mariana Cavaca Alves, do. *A leitura literária de mulheres na EJA*. Dissertação de Mestrado em Educação: Faculdade de Educação da UFMG, 2010. 110p.